

Execução extrajudicial de vereadora revela que o estado de direito no Brasil está em risco

Um editorial de Belisário dos Santos Jr. , membro da Comissão Internacional de Juristas

A intervenção federal, sob comando militar, foi decidida “para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro”, segundo o decreto.

A intervenção é uma medida política excepcional prevista na Constituição Federal, decidida pelo Presidente da República e autorizada pelo Congresso Nacional.

O interventor será militar bem como militares serão seus mais diretos auxiliares, inclusive o novo Secretário de Segurança do Rio de Janeiro.

Sob esse ponto de vista estrito da segurança pública, a operação era evidentemente desnecessária dado que a polícia estadual, a Força Nacional e as forças armadas já colaboravam há muitos meses em termos de planejamento e execução de inúmeras ações de policiamento nas chamadas operações de garantia da lei e da ordem (GLO).

As manchetes ainda hoje refletem que “a intervenção não muda clima de insegurança” (O Estado de S. Paulo, de 26/03/2018).

Por outra ótica, a intervenção militar nada tem a ver com o controle de fronteiras, portos, aeroportos e das rodovias federais, por onde passa o tráfico internacional de armas, munições e drogas, vindas de outros países, por terra notadamente do Paraguai.

Essa atribuição constitucional era ontem e é hoje da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, das autoridades fazendárias federais. Todos sabemos que esses produtos não são fabricados no Rio de Janeiro.

De outra parte, junto com a intervenção federal, veio a criação de novo órgão , o Ministério Extraordinário da Segurança Pública, que cuidará da Polícia Federal e de suas competências.

Para dirigir esse Ministério, foi nomeado um civil antes titular do Ministério da Defesa, agora entregue a um militar, pela primeira vez desde sua criação.

O Comandante do Exército, oficial general, em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, em 21.03, disse que os resultados da intervenção vão aparecer apenas no longo prazo e que mudanças estruturais serão necessárias, entre elas no sistema de segurança pública, no sistema prisional e na lei de execuções penais.

Dois problemas que afetam esse raciocínio: todas essas alterações ou dependem do Congresso Nacional ou de atividades de coordenação e inteligência do próprio governo federal, que tem pela frente apenas 9 meses de vida, à vista das eleições nacionais, que

deverão ocorrer em outubro deste ano. Ou seja, de um lado as alterações mencionadas não dependiam da intervenção federal e o governo que a decretou tem curto tempo de sobrevida.

Então, para quê intervenção federal?

É certo que a contaminação da polícia do Rio de Janeiro pelas forças da criminalidade é muito grande, envolvendo os altos escalões das polícias civil e militar. A corrupção é igualmente muito grande.

Estão presos por corrupção os dois últimos governadores, um deles condenado já a dezenas de anos de prisão (mais de cem)...

O Rio era um Estado rico, com os royalties do petróleo. Agora está em situação falimentar, com tanto dinheiro desviado para políticos e servidores corruptos.

A política de unidades de polícia pacificadora que ocupou as comunidades, sem preocupação de prisão de traficantes, deveria ter sido precedida pelo saneamento e reforma das polícias e complementada por ações sociais e políticas públicas de acesso aos bens essenciais de luz, saneamento e água.

Hoje, a população das comunidades é refém das ações do tráfico, de disputa territorial entre facções, ou de tiroteios entre forças policiais e o crime organizado, conflito que já chegou ao asfalto e às chamadas "áreas nobres" da cidade.

Há até aplicativos de celular que identificam e checam os tiroteios do momento... Nas comunidades, muitos serviços, como telefonia, televisão a cabo, fornecimento luz e venda de gás de botijão só ocorre com intermediação do crime e por meio de fraudes contra as concessionárias de serviço público.

Essa reforma das polícias é agora o principal objetivo da intervenção, segundo o general interventor.

Mas, se a situação do Rio de Janeiro era tão grave, como se vê apenas desses poucos dados, porquê a intervenção não ocorreu com afastamento do próprio governador, que foi vice do último governador preso e condenado? Porquê a intervenção não incidiu sobre todas as áreas do governo, sobre o governo estadual, como um todo, e não apenas sobre a área da segurança, que não sobrevive sem apoio das demais?

Uma explicação possível tem gosto eleitoral. A intervenção teria o condão de elevar a popularidade do Presidente Michel Temer, hoje na casa de apenas 1%.

Os que defendem essa ideia dizem que a primeira reunião de Temer, após uma intervenção decidida em poucas horas, foi com seu assessor de marketing!

Outros, como a antropóloga Jaqueline Muniz, em excelente entrevista ao El País, de 24.02.2018, disse que "empregar o Exército no Rio é uma teatralidade operacional de alto custo e baixa eficácia".

A teatralidade fica por conta dos desfiles de blindados e seu posicionamento estratégico em pontos da cidade e do Estado do Rio, com soldados sem preparo policial algum para

as situações de violência urbana, treinados apenas para ações em tropa, em blocos estáticos, e não para tomada de decisões individuais.

A parte boa da polícia do Rio de Janeiro tem sido duramente castigada pelo crime organizado. São mais de 60 agentes mortos apenas neste ano de 2018.

Esse é quase o número de defensores de direitos humanos mortos no Brasil em 2017, segundo a Anistia Internacional.

Daí porquê a execução na cidade do Rio de Janeiro, da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes, na noite de 14 de março, cometida já com a intervenção militar na rua, em pleno curso, com todos os olhos do país postos no Rio, mais que um crime gravíssimo é um atentado ao estado de direito, é um desafio à democracia. O próprio Presidente da República assim o qualificou.

A vereadora eleita com mais de 46.000 votos, em pouco mais de um ano de atividade legislativa (tomou posse em 1o. de Janeiro de 2017), já havia apresentado 13 importantes projetos, entre eles um contra assédio às mulheres em transportes públicos, outro por um tratamento humanizado em casos de aborto legal, é um para criação de horário noturno em creches municipais, para atendimento de pais que estudassem à noite (ver Folha de S.Paulo, de 16.03, caderno Cotidiano).

Mas, fundamental mesmo é lembrar que Marielle era crítica candente da violência cometida pelas forças policiais e pelas milícias organizadas contra o povo das comunidades.

E, suprema ironia, tinha sido eleita relatora da Comissão da Câmara Municipal que fiscalizará a intervenção militar no Rio.

Já se sabe que Marielle e Anderson foram seguidos por um carro, possivelmente dois, de onde desembarcaram os seus algozes.

E, igualmente, já se apurou, que as cápsulas achadas no local pertenciam a um lote de munições desviadas (furtadas) da Polícia Federal e já utilizadas em uma execução semelhante em outra unidade da federação! Nenhum dos executores ou dos mandantes foi preso.

A investigação, está a cargo da polícia estadual, o que tem preocupado a militância dos direitos da cidadania.

A ideia mais lúcida seria caminhar para a federalização das investigações e da persecução penal prevista pela Constituição, artigo 109, parágrafo 5o, para casos de graves violações de direitos humanos, pelo mesmo motivo que levou à intervenção.

Mas, aparentemente, a Procuradora Geral da República recuou dessa intenção, apenas quatro de seus integrantes para acompanhar o Ministério Público Estadual na suas atividades relativas ao caso.

A intensa comoção que se seguiu ao crime e que levou milhares de pessoas para as ruas em diversas cidades do país pode alterar esse quadro.

Há muitas manifestações provindas de origens diversas, acima da forte intolerância presente no cenário político brasileiro.

Entidades de direitos humanos estão cogitando buscar produzir pressão internacional, para que este atentado ao estado de direito não termine em impunidade.

Missões internacionais serão bem vindas ao Brasil com esse apelo.

Pouco antes de morrer, Marielle participou de uma roda de discussão sob o mote "Jovens !!egras movendo estruturas".

Quem sabe se a indignação e a solidariedade que explodem nas ruas não serão bons instrumentos para fazer isso acontecer.

De outra parte, como fenômeno social, as várias ações do crime organizado, que se estruturou no Brasil e por toda a América Latina e promove desde atos de motins em presídios a atos de protesto e paralisação de grandes capitais, com queima de onibus, aproveitando-se de greves em policias estaduais, com intensa mobilização de recursos financeiros e de armas e munições, é visto como extremamente grave.

Considerado em conjunto com atentados e execuções contra autoridades públicas parece indicar uma [colombização](#) do Estadp brasileiro.

Uma combinação de forças de segurança corruptas e da presença de grupos armados e organizações ligadas ao tráfico de drogas,, segundo a pesquisadora Silvia Ramos (Universidade Cândido Mendes e Observatório da Intervenção no Rio) leva nossa situação a uma proximidade do que se verificou a um dado tempo no México e na Colombia.

O Conselho Nacional de Justiça estima em 200 o número de juízes brasileiros sob proteção policial, entre eles um ministro do Supremo Tribunal Federal, relator de casos de corrupção.

Um Juíza Patrícia Accioly foi assassinada na cidade do Rio de Janeiro, em 2011, com 28 tiros, após ter determinado a prisão de três policiais militares.

No Brasil durante o último processo eleitoral, em 2016, 45 candidatos foram alvo de atentado. 28 morreram. Metade no Rio de Janeiro.

Assim, a situação do Rio é grave, mas a violência e a corrupção sistêmica no Brasil tem uma gravidade qualitativa de mesmo nível, pondo em risco a democracia e o estado de direito.

Uma das primeiras cenas fotográficas da intervenção federal no Rio, foi a de crianças em idade escolar, de mãos para cima, sendo revistados por soldados.

Será que estamos indo no caminho certo? Será que a defesa do Estado de direito e da cidadania se efetiva dessa forma?

Voltaremos ao assunto.